

Música Popular e Resistência: Emergência de um agente folkcomunicação a partir de um caso de conflito ambiental¹

Cristian Yáñez Aguilar²

Daira Renata Martins Botelho³

Pedro Celso Campos⁴

Víctor Hugo Valenzuela⁵

Resumo

Tralcao, que fica na Região dos Rios, no Chile, é banhada pelo Rio Pichoy e faz divisa com os Rios Estero Colliatico e Cruces. Nessa região se instalou, no ano de 2004, uma empresa de celulose que vem jogando os dejetos de sua produção no Rio Cruces, causando um grave conflito ambiental, que trouxe sérias consequências para a região. Em meio a esse cenário encontramos Francisco Manquecho, considerado um líder de opinião – nas palavras de Luiz Beltrão, que, através de suas composições e canções, expõe para a população a real situação da região, agindo como um propagador da resistência à degradação ambiental que ocorre em Tralcao. Francisco se transforma em um agente folkcomunicação, pois veicula um discurso contra-hegemônico através de suas canções. Mostrar como o líder de opinião atua nesse contexto de degradação ambiental na região de Tralcao, no Chile, é o objetivo desse artigo, tomando como base a Teoria da Folkcomunicação e os processos comunicacionais que envolvem a música que figura como ação concreta de resistência popular.

Palavras-chaves: Folkcomunicação; Resistência; Líder de Opinião; Conflito Ambiental.

Abstract

Tralcao, situated in the Rios region, named after the various rivers that flow nearby, in Chile, is bathed by the Pichoy River and it encounters the rivers Estero Colliatico and Cruces. A cellulose company was established there back in 2004, and since then it has been dumping waste in the Cruces river, causing grave environmental issues and bringing severe consequences to the region. In the middle of the crossfire, we find Mr. Francisco Manquecho, considered to be an opinion leader according to Luis Beltrão, who assesses the real situation in the region throughout his song lyrics, acting as a propagator of the resistance against the environmental degradation occurring in Tralcao. Francisco acts as a 'folkcomunicação' agent by spreading a non-hegemonic bias through his songs. The objective of this article is to show how an opinion leader acts in a context of environmental degradation in Tralcao region using the basis of the Folkcommunication Theory and the communicational processes which involve music as a concrete action of popular resistance.

Keywords: Folkcommunication; Resistance; Opinion Leader; Environmental Issues.

¹ O seguinte artigo é parte do projeto de pesquisa: DID-UACH S-2011-19, "Emergencia de agentes folkcomunicação en tres casos de conflicto ambiental".

² Cristian Yáñez Aguilar é mestrando em Comunicação na Universidad Austral de Chile. Membro da Rede Brasileira de Folkcomunicação, Rede Folkcom. Instituto de Comunicación Social de la Universidad Austral de Chile. E-mail: cyanezaguiar@gmail.com.

³ Daira Renata Martins Botelho é jornalista, formada pela Universidade Estadual Paulista no ano de 2008. Atualmente é aluna regular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Midiática na mesma Universidade. Membro da Rede de Estudos e Pesquisas em Folkcomunicação – Rede Folkcom. Bolsista CAPES. E-mail: dairarmb@yahoo.com.br.

⁴ Pedro Celso Campos é doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (2006), tem pós-doutorado na mesma área pela Universidade de Sevilha(2008), integra o Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação-FAAC, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP e é Coordenador de Ensino de Jornalismo na mesma instituição. E-mail: pcampos@faac.unesp.br.

⁵ Víctor Hugo Valenzuela é candidato a Doutor em Comunicação e Jornalismo pela Universidad Autónoma de Barcelona. Professor do Instituto de Comunicación Social, Instituto de Comunicación Social, Universidad Austral de Chile. E-mail: victorhugo.valenzuela@gmail.com.

Introdução

Segundo a Teoria da Folkcomunicação, podemos encontrar diversas formas de comunicação nas manifestações populares – incluem-se festas, manifestações de resistência, eventos da cultura popular.

O presente artigo tem o objetivo de mostrar uma vertente relacionada à denúncia, no caso, um conflito ambiental que acontece na região de Tralcao, no Chile, gerado por uma indústria de celulose que pôs fim à grande parte da fauna e flora do local. Francisco Manquecheo atua como líder de opinião nesse caso, já que a mídia hegemônica não se atentou para as necessidades da população que habita a Região dos Lagos, no Chile.

Foi necessário traçar um breve histórico de como se deu a instalação da fábrica de celulose e as consequências geradas para a região para mostrar a dimensão do conflito que a comunidade de Tralcao vive, e, também, para justificar o surgimento do líder de opinião nesse contexto.

Posteriormente é colocada a figura do líder de opinião como importante personagem que emerge do povo e luta pelas necessidades da comunidade em questão, conceitos embasados na Teoria da Folkcomunicação elaborada por Luiz Beltrão e nos estudos mais recentes sobre o termo.

Apresentamos o “cantante” Francisco Manquecheo, contando um pouco de sua história e como se tornou porta-voz do conflito ambiental que especificamos na pesquisa, abordando sua forma de produção e divulgação de seu trabalho como músico.

Finalmente, colocamos em questão o papel da mídia hegemônica no caso apresentado, com o simples intuito de questionar o cumprimento de sua função primeira: “o dever de informar”, sem se atrelar a interesses ou grandes conglomerados empresariais, por exemplo.

A necessidade de se fazer ouvir foi o principal motivo pelo qual tal artista resolveu cantar as mazelas da região de Tralcao e, nas palavras de Beltrão:

No cumprimento da sua missão na sociedade – e até mesmo no seu próprio interesse de sobrevivência e manutenção da posição de liderança – esses grupos dirigentes precisam valer-se não somente dos grandes meios de comunicação, de seu patrimônio e dos comunicadores de seu próprio ambiente como, ainda, dos líderes de opinião populares, armados, por seu turno, de recursos e veículos que apenas eles possuem e sabem manejar. (BELTRÃO, 2004, p. 40-41).

Colocar-se como porta-voz de uma comunidade é uma tarefa importante e de grandes responsabilidades, pois, preencher uma lacuna deixada pela comunicação de massa, principalmente nesse caso, é ser um líder de resistência, posicionar-se diante da hegemonia comunicacional e tentar encontrar formas para se expressar, aqui, Francisco encontrou seu “grito” na música.

Antecedentes do conflito

Em 30 de maio de 1996, a Comissão Regional de Meio Ambiente dos Lagos (Xª Região), autorizou a construção do Projeto Celulose Mariquina da empresa Celulosa Arauco y Constitución S. A. nos prédios das Rosas e Traiguén, a seis quilômetros ao sudeste de San José de La Mariquina, Provincia de Valdivia, e a uns quinhentos metros das margens do Rio Cruces. Posteriormente, em outubro de 1998, autorizou o depósito dos resíduos industriais líquidos naquele curso de água.

O projeto entrou em funcionamento em 30 de janeiro de 2004, se tratava de uma das maiores do mundo, que demandou investimento de U\$ 1.045 milhões e foi autorizada a produzir 550 mil toneladas anuais de celulose Kraft branca de pinheiro e eucalipto (MUÑOZ, 2005).

No início, o projeto esteve marcado pelas denúncias de diversos grupos de cidadãos e sanções das autoridades, “el 13 de febrero el Servicio de Salud Valdivia inició un sumario tras constatar que los niveles de ruidos emitidos por la empresa de celulosa sobrepasaban los límites permitidos en la normativa” (MUÑOZ, 2005, p. 6). Em 15 de abril, o serviço de saúde multou a empresa por não cumprir com a implementação imediata de um plano de monitoração de gases provenientes do tratamento de resíduos sólidos, de acordo com o que é exigido pela norma chilena. O desfecho resultou na aplicação pela autoridade da máxima sanção considerada no Código Sanitário chileno pelos maus odores (cerca de 30 milhões de pesos chilenos).

Em 24 de agosto de 2004, a Comissão Nacional de Meio Ambiente da Região dos Lagos, recebeu um informe:

contratado a la consultora MA&C para apoyar el monitoreo ambiental a la Planta y conocido públicamente a mediados de noviembre de 2004, detectó 19 irregularidades en la construcción y operación de la Planta (...) La investigación destaca que el manejo de los Residuos Líquidos Industriales (RILES) que la planta descarga al río presenta dos problemas mayores. Estos corresponden a un vertimiento de emergencia que no fue incorporado en el estudio de impacto ambiental, y al aumento en 60% de la producción

estipulada de residuos. Respecto de esto último se señala que, en vez de generar 550 mil toneladas de RILES autorizados, la industria produce 850 mil toneladas. (MUÑOZ, 2005, p. 11-12).

O conflito

Tralcao, na região dos Rios, ao sul do Chile, é uma comunidade de pouco mais de 300 pessoas, em sua maioria pertencentes à etnia mapuche. Seu lugar de assentamento está localizado no Santuario de la Naturaleza Carlos Anwandter e é banhado pelo Rio Pichoy, e faz divisa com Estero Collimaico e com o Rio Cruces. Por anos sua principal atividade econômica tem sido a agricultura. Até antes do terremoto de 1960, seus habitantes cruzavam, em embarcações, o Rio Pichoy para ir até Valdivia, onde comercializavam produtos agrícolas. Depois do terremoto construiu-se uma tora terrestre, que, finalmente, acabou com a antiga forma de cruzar o rio.

Su base económica actual son los recursos naturales a nivel básico, principalmente agricultura de subsistencia, en especial chacras, frutales y papas, se comercializaban productos forestales no madereros en las ferias de la ciudad de Valdivia. Se practica la pequeña ganadería, con crianza de aves, chanchos ovejas y vacunos. (Villarroel *et al*, 2007 apud Muñoz 2007, p. 54).

Cabe ressaltar que um número menor de pessoas trabalha em fazendas próximas.

No ano de 2004, começou a operar o projeto de Celulose Arauco, cujos dejetos, desde então, tem sido depositados no Rio Cruces, gerando um conflito ambiental (SEPÚLVEDA e BETTATI, 2005; RAMIREZ, 2006; SKEWES e GUERRA, 2004; entre outros). Em Tralcao desapareceram cerca de 600 cisnes de pescoço negro, houve migração de aves, tais como galeirões, traças e outras espécies que, desde 1960, constituíam a paisagem do local e serviam como base para as atividades de turismo e de alimentação.

A comunidade começou a denunciar a diminuição da produção agrícola, frutícola e de animais de criação, juntamente com o encontro de cerejas, alfaces e acelgas queimadas pela chuva ácida. Os produtores de cerejas tiveram diminuição de 20 mil quilos no período que vai de 2003 a 2004, a somente 2.500 quilos, entre 2004 e 2005, similar ao que sofreu a produção de ameixas que passou de 40 mil quilos no período de 2003 a 2004, a 500 quilos somente, entre os anos de 2004 e 2005. Segundo os cálculos da comunidade organizada, o prejuízo econômico de tais danos superou os 15 milhões de pesos (HUENULEF, 2006).

A isto se soma a morte massiva de camarões “anões” no rio, o desaparecimento total de várias espécies de peixes, trutas, rãs e carpas. A população encontrou juncos, taboas e árvores mortas e /ou apodrecendo no rio e testemunhou a morte diversos animais e a perda dos ninhos de cisnes, produto da morte e migração destes. A informação foi coletada e sistematizada por pessoas da região que realizaram atividades para chamar a atenção dos meios de comunicação de Valdivia e das autoridades públicas. Com tais informações, elaboraram um documento titulado “Tralcao: Presente y Futuro de Nuestros Hijos”⁶, que foi difundido pelos líderes de bairros em eventos públicos e acadêmicos na Região dos Rios.

Antes do conflito ambiental, o povo de Tralcao estava executando um projeto de agro-turismo, que se viu alterado devido ao dano sofrido pela flora e pela fauna. Em consequência “La Agrupación de cereceros y hortofrutícolas presentó en el Juzgado de Garantía de Valdivia una querrela criminal, [...] contra quienes resultaran responsables por la contaminación con sustancia tóxicas en el río Pichoy, que riega sus campos” (MUÑOZ, 2007, p.73).

Os líderes solicitaram às autoridades estudos científicos nos poços e nas águas do rio, mas não obtiveram resposta satisfatória. Mesmo após solicitar ao Serviço de Saúde de Valdivia que analisasse a água do Rio Pichoy, foi concluído que a água é potável, no entanto, a comunidade tem tido problemas com as permissões para organizar atividades massivas, como a Festa da Cereja sob o argumento de razões sanitárias. O certo é que os efeitos nocivos têm perdurado até hoje e a produção de cereja continua em baixa.

Entre as atividades que a população vive realizando desde o início do conflito sócio-ambiental para se fazer escutar diante das autoridades públicas incluem protestos e aplicações de estudos científicos. Essa situação evidencia um Estado que não responde às demandas sociais, o que traz como consequência que as próprias comunidades iniciem ações sobre o problema.

A emergência do povo

Em meio às instalações da fábrica de celulose na Região dos Lagos, como já foi dito, surgiram diversos protestos por parte da sociedade civil das proximidades, com o

⁶ “Tralcao: presente e futuro de nossos filhos”.

objetivo de evitar o impacto ambiental que essa construção causaria – como causou – na região.

Ao perceber que o povo não seria ouvido pela grande mídia massiva, bem como pelos dirigentes que consomem informações somente dos grandes veículos de comunicação, podemos constatar o surgimento da figura do líder de opinião.

Tal conceito é apresentado por Luiz Beltrão, como item importante da Teoria da Folkcomunicação, pois é através do líder de opinião que a comunidade se mantém informada, já que esse personagem atua como um decodificador entre a mídia e a comunidade, seja pelo grau de instrução, seja pela proximidade.

A percepção de Beltrão acerca do surgimento de um personagem que atua nesse contexto de mediação e propagação das informações se deu:

por não se encontrarem expostos aos *mass media* ou por não terem acesso aos mesmos, ora por não entenderem sua linguagem, ora por não poderem adquiri-los ou empregá-los na difusão de suas idéias, esses grupos marginalizados nem por isso se furtam à participação na atividade essencial da recepção e transmissão de mensagens culturais, de formas de saber e esquemas de conduta, de opiniões, atitudes e experiências, sem as quais até a sobrevivência estaria em risco. (BELTRÃO, 2004, p. 58).

Diferentemente da hegemonia dos grandes veículos e conglomerados de comunicação, os líderes de opinião emergem do povo, usando de métodos próprios para chegar até a própria comunidade e se fazerem ouvir.

O ativista midiático age motivado pelos seus interesses e do grupo social ao qual pertence na formatação das práticas simbólicas e modernas para o uso da vida cotidiana. É um narrador da cotidianidade, guardião da memória e da identidade local, reconhecido como o porta-voz do seu grupo social e transita entre as práticas nacionais e modernas, apropria-se das novas tecnologias de comunicação para fazer circular as narrativas populares nas globais. (TRIGUEIRO, 2006, p. 4).

Francisco Manquecheo: Um líder de opinião

Francisco Manquecheo é dirigente da Asociación Indígena de Tralcao e conheceu a música através de sua família. Quando jovem aprendeu a tocar violão olhando seu pai, com quem percorria as casas de sua comunidade e animava as festas.

Antes da contaminação do Rio Pichoy, era músico instrumentista e cantor de folclore e música popular, suas letras eram alusivas a temas como amor, mulheres e atividades tradicionais. A elaboração de um discurso de resistência somente se iniciou

depois do desastre ambiental e depois que os meios de comunicação e as autoridades públicas não escutaram os clamores das comunidades. Nesse contexto, começa a surgir um ator político.

Os ritmos que utiliza são fundamentalmente “*cueca, cumbias e corridos*”⁷ mexicanos. Estes últimos são utilizados por sua capacidade para servir de veículo para contar histórias. No Chile, a música mexicana se popularizou a partir do auge do cinema mexicano, que catapultou a figura de Charro Cantor. Com o tempo, houve uma forte adaptação da música do norte do país e o surgimento de diversos grupos “*rancheros*” que começaram a interpretar “*corridos*” mexicanos adaptando também a *cumbia* com violão e acordeon. Essa música foi apropriada pelos setores rurais campesinos e indígenas mestiços e adquiriu forte coesão social como música dançante em diversos contextos festivos. O *corrido* mexicano produz coesão social e serve como um canal para contar uma história, neste caso, a história da contaminação ambiental na região de Tralcao.

Como a grande mídia não deu voz às demandas locais e diante da desatenção por parte do Estado, a iniciativa começa a ser exercida pelo ator local que começa a veicular a denúncia da sua comunidade através das canções populares e ritmos que interpreta com seu violão.

Em uma análise de seu trabalho de criação e difusão, podemos observar uma volta sobre a identidade mapuche como elemento de coesão com a comunidade. No caso de Tralcao, se trata de uma comunidade onde se perdeu a língua. No entanto, depois da contaminação se produz uma (re)mapuchização por parte do compositor que, através de suas canções, patrimonializa o entorno contaminado a partir de elementos de sua identidade indígena. A partir dela, sacraliza o espaço natural, dando-lhe vida e, em consequência, subtraindo o caráter nocivo da contaminação. Para isso, utiliza um conhecimento baseado na visão de mundo mapuche, cujo trabalho de recuperação tem sido uma constante para o cantor e para sua comunidade durante os últimos anos.

O papel da mídia e o dever de informar

A situação relatada pelo colega chileno – que procura sensibilizar e conscientizar a opinião pública através da arte popular, como ensina a Teoria da Folkcomunicação –

⁷ Instrumentos comuns na região.

ilustra bem os pressupostos da Agenda XXI quando defende o amplo envolvimento da comunidade em tudo aquilo que interfere no meio-ambiente.

Na verdade, se os artistas populares percebem a necessidade de realizar essa “comunicação direta”, na comunidade, é sinal que os meios de comunicação não estão cumprindo seu dever ético e social de colocar-se a serviço da comunidade. A esses meios convencionais de comunicação toca-lhes o dever de informar corretamente sobre o meio ambiente, privilegiando a preservação da vida, o que, muitas vezes, recomenda uma cobertura continuada e sóbria, ao invés do ímpeto sensacionalista voltado apenas para a ampliação da audiência. Afinal, é necessário reconhecer que a informação bem apurada não é um favor que o veículo de comunicação faz aos seus receptores, é um dever legalmente reconhecido, correspondendo ao direito que todo receptor tem de ser bem informado.

Esse tema também tem sido tratado por especialistas do Direito e podemos citar, como exemplo, o renomado jurista Antônio Augusto Cançado Trindade que assim se expressa ao se referir às medidas preventivas na área ambiental e ao reconhecer a preservação do meio ambiente como direito fundamental do cidadão: “As medidas preventivas comportam um direito de informação sobre os projetos e as decisões suscetíveis de ameaçar o meio ambiente e sobretudo um direito de participação no processo decisório da matéria” (TRINDADE, 1993). Ele também reconhece que “toda estratégia de crescimento, para ser sustentável, deve respeitar o meio-ambiente”.

O professor da Universidade de Direito, Economia e Ciências de Paris, Daniel Bardonnet, ao prefaciar a obra de Trindade (1993), lembra que o direito de participação nas decisões de caráter ambiental está prescrito em diversas recomendações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (O.C.D.E.), em diversas diretivas da Comunidade Econômica Europeia⁹ C.E.E.), na Carta Mundial da Natureza (adotada por uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas datada de 28/10/1982) e na Convenção sobre a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (assinada em Kuala Lumpur, em 09/07/1985, pelos estados do sudeste asiático).

Em 07/03/1992, com a participação de especialistas internacionais, o Seminário Interamericano sobre Direitos Humanos e Meio-Ambiente, promovido pelo Instituto Americano de Direitos Humanos, em Brasília, reconheceu que existe uma relação íntima entre desenvolvimento e meio-ambiente, desenvolvimento e direitos humanos, e meio-ambiente e direitos humanos, o que evidencia o pressuposto de que a

sustentabilidade não pode se ater apenas a meras questões de lucratividade empresarial. O referido seminário recomendou a necessidade de se desenvolver ainda mais os princípios jurídicos internacionais de responsabilidade por dano ambiental e sua respectiva compensação.

Entretanto, é necessário um estado amplamente democrático para que os meios de comunicação possam cumprir, com liberdade e responsabilidade, a importante tarefa de informar e conscientizar, a julgar pelo item V da resolução aprovada no Seminário de Brasília, aqui transcrita literalmente: “El proceso democrático es esencial para asegurar el desarrollo sustentable, em particular porque garantiza la participación pública y promueve el acceso a la información relativa al medio ambiente” (cf. TRINDADE, 1993, p. 36).

É também no ambiente democrático que se poderá desenvolver, com vontade política e apoio da opinião pública conscientizada pela mídia, as políticas públicas destinadas à erradicação da miséria e pela vida. Com efeito, todos reconhecem que o principal problema ambiental, no mundo, é a pobreza. Não se pode falar em qualidade de vida quando as pessoas não têm comida, água e saneamento básico. Em nossa região e em nosso país, esse é um problema ainda mais grave segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Na América Latina, as duas Conferências Regionais sobre a Pobreza (Cartagena das Índias, agosto de 1988, e Quito, novembro de 1990), realizadas sob os auspícios do PNUD, estimaram que, enquanto em 1960 a população pobre da região era de 110 milhões (equivalente a 51% da população), em 1986 verificou-se um total de 250 milhões de pessoas em condições de pobreza (correspondente a 61% da população da região), tendo-se elevado este número, em 1990, para 270 milhões de pobres (62% da população). Ainda segundo os dados das referidas Conferências Regionais do PNUD, o país latinoamericano com maior número de pobres é o Brasil (62.3 milhões, equivalentes a 36% do total regional).

A estimativa do PNUD, na época, era que o número de pobres da América Latina passaria de 300 milhões de pessoas na virada do século.

Quando refletimos sobre esses dados, vemos o importante papel que têm os comunicadores e a mídia de levantarem um debate amplo e aprofundado sobre tais questões, discutindo com os setores competentes a formulação de políticas públicas voltadas para a inclusão social e a defesa da vida. É neste sentido que devemos examinar os fundamentos da “sustentabilidade” proposta em determinados projetos.

Coincidimos com Trindade (1993, p. 110) que o desenvolvimento sustentável implica um novo conceito a abranger não só o crescimento econômico, mas também o provimento de justiça e oportunidades para todos, visto que o crescimento assim entendido passa a ser um imperativo (ao invés de uma opção), sendo seu objetivo primordial a proteção da vida humana. Por isto o PNUD não mede mais o crescimento pelo antigo Produto Nacional Bruto – ainda tão comemorado no Brasil – mas pela conjunção de dois outros índices, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e o Índice de Liberdade Política (ILP). São indicadores que não medem apenas o crescimento econômico, mas também a esperança de vida, a educação, as liberdades públicas, afinal a felicidade das pessoas, consubstanciada entre os novos direitos humanos, também chamados “direitos de solidariedade”.

Nos países democráticos a mídia tem a oportunidade de fiscalizar os poderes públicos em benefício da sociedade, o que, por si só, exige um comportamento igualmente democrático e ético da própria mídia, atuando a serviço da sociedade e não contra ela. O direito a um meio-ambiente sadio requer a proteção contra os atos danosos dos Estados assim como dos particulares, e impõe deveres ao Estado, aos grupos ou coletividades e aos indivíduos, segundo Trindade (1993, p.116).

A Comissão Brundtland também considerou o reconhecimento do

direito de os indivíduos conhecerem e terem acesso às informações correntes sobre o estado do meio-ambiente e dos recursos naturais, o direito de serem consultados e de participarem do processo decisório relativo a atividades que possam ter um efeito significativo sobre o meio –ambiente. (TRINDADE, 1993, p. 119).

Na mesma linha, a já citada Agenda 21, ao referir-se aos problemas prementes de hoje e aos desafios deste novo século, sustenta “a mais ampla participação pública e o engajamento ativo das organizações não-governamentais e outros grupos”, conforme se lê em seu capítulo 1.

Igualmente o relatório “Nossa Própria Agenda” (1990) preparado pela Comissão Latinoamericana e Caribenha sobre Desenvolvimento e Meio-Ambiente, destinado a desenvolver uma visão regional da temática ambiental antes da Rio-Eco-92, observou que o desenvolvimento sustentável não será possível sem a verdadeira democracia, sem a responsabilidade conjunta do Estado e da sociedade, o que pressupõe a existência de uma sociedade bem informada, uma mobilização social em prol do desenvolvimento

sustentável, e a habilidade dos cidadãos de controlar o Estado, frisando ainda que “uma democracia participativa caracteriza-se por uma proliferação de organizações que servem como intermediários entre o Estado e a sociedade”. No caso aqui citado, tanto o Estado quanto os meios de comunicação da região deveriam intervir a favor da atual e das futuras gerações da comunidade rural de Tralcao, no sul do Chile, punindo e denunciando os que praticam crimes ambientais, por mais poderosos que sejam, porque todos os ambientes estão integrados – como nos ensina Edgad Morin - e o pequeno Rio Pichoy não é importante apenas para os moradores daquela comunidade, ele é importante para toda a natureza e sua destruição é um crime contra a própria Terra.

Considerações finais

Apesar de estarmos cercados pela mídia e dessa imersão parecer insolúvel, podemos constatar casos de resistência que vão além dos processos midiáticos, mas que se inserem nos processos culturais e comunicacionais, diferenciando-se de acordo com a comunidade nas quais se encontram inseridos.

Muitas vezes a mídia não é capaz de falar por todos, de abranger toda e qualquer comunidade, principalmente nos casos onde podemos supor que haja um conflito de interesses em relação a grandes conglomerados empresariais, ou a simples falta de interesse do pautar jornalístico e suas limitações editoriais. O governo também se mostra omissivo em relação a determinados assuntos, na maioria das vezes, pelos mesmos motivos já citados acima.

Nesses casos, podemos – e devemos – questionar o papel da mídia hegemônica e, sobretudo, buscar fontes alternativas de informação, hoje muito mais acessíveis pela internet, com o crescimento de blogs, sites, e, até mesmo, pesquisas e artigos como esse. Existem vários líderes de opinião espalhados pelo mundo e que têm ligação direta com diversos tipos de manifestação de cunho cultural ou de denúncia, como é o caso de Francisco Manquecheo.

A importância desses personagens é extremamente grande, pois é através deles que as comunidades podem se manter informadas, se expressarem por meio de manifestações populares, culturais, ou mesmo denunciando problemas que afetem a comunidade, sem receber o devido respaldo por parte da mídia hegemônica ou mesmo do Estado.

Referências

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação: teoria e metodologia**. São Bernardo do Campo: UESP, 2004.

GUERRA, D; SKEWES, J. **Paisajes Soberanos: lecciones del conflicto ambiental por la defensa de la bahía de Maiquillahue, décima región**. Chile, 2006.

HUENULEF, M. **Tralcao: Presente y Futuro de Nuestros Hijos**. Apresentação para difusão de las consecuencias de la contaminación ambiental de Tralcao, 2006.

MANQUECHEO, F. (2009). *Música Viva de la Tierra Herida*. Tralcao. Valdivia. Grabado en Vivo en Tralcao. Arte Sonoro Austral. Valdivia.

MUÑOZ, R. **Percepción de la comunidad de Tralcao sobre la difusión de sus demandas ambientales en el Diario Austral de Valdivia**. Tesis de Grado para optar al título de Periodista y grado académico de Licenciada en Comunicación Social. Valdivia: Universidad Austral de Chile, 2009.

MUÑOZ, Andrés. **Desarrollo cronológico del conflicto ambiental en los humedales del río Cruces, primer sitio RAMSAR de Chile**. Centro de Estudios Agrarios y Ambientales (CEA), Valdivia, Chile, 2005. Disponível em: <<http://www.ceachile.cl/Cruces/PDF/38.%20Cronologia%203.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2011.

MORIN, E. **O enigma do homem: para uma nova antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

SABATINI, F.; SEPÚLVEDA, C. **Conflictos Ambientales. Entre la globalización y la sociedad civil**. Publicaciones CIPMA, 1997.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: Crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SEMPERE J.; RIECHMENN, J. **Sociologia y Médio Ambiente**. Madri: Editorial Síntesis, 2000.

TRIGUEIRO, Osvaldo Meira. O ativista midiático da rede folkcomunicacional. In: **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**. Estudos Culturais. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/trigueiro-osvaldo-ativista-midiatico.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2011.

TRINDADE, A.A.C. **Direitos Humanos e Meio-Ambiente: Paralelo dos sistemas de proteção internacional**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1993.

